

Capitalismo e relações internacionais: uma crítica a Schumpeter, Keynes e Hayek

DANIEL AUGUSTO FELDMANN*

Schumpeter e o “capitalismo pacifista”

Em 1919, Schumpeter publicou *Sociologia do imperialismo*, no qual buscou dar sua interpretação do fenômeno do militarismo nacionalista que acabara de levar a Europa à guerra. Diferentemente dos marxistas, para ele a racionalidade do capitalismo era essencialmente avessa à agressão nacional: “(...) com seu utilitarismo racional, a burguesia comercial é fundamentalmente pacifista e inclinada a insistir na aplicação dos preceitos morais da vida privada às relações internacionais” (Schumpeter, 1979, p.168). Com a modernização capitalista, as antigas energias militares de origem feudal são modificadas funcionalmente. A concorrência e a necessidade econômica absorvem as energias da sociedade. Assim, “há muito menos energia a ser empregada na guerra e na conquista” (Schumpeter, 1961, p.91). As exigências mentais da civilização capitalista suprimiriam da sociedade os fundamentos psicológicos que seriam responsáveis pela canalização da vontade humana para os fins bélicos e de conquista.

Ademais, do ponto de vista utilitário, as perdas econômicas – impostos, destruição, conscrição de trabalhadores etc. – trazidas por guerras seriam maiores que os benefícios. Assim, “quanto mais completamente capitalista forem a estrutura e a atitude de uma nação, mais pacifista – e mais atenta aos custos de uma guerra ela é” (1979, p.169). Para explicar os agudos conflitos internacionais vigentes, seria necessária então outra explicação. Schumpeter define o imperialismo como “a disposição sem objetivo, da parte de um Estado, de expandir-se ilimitadamente

* Professor da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESPSP). E-mail: dafeldbr@yahoo.com.br

pela força” (Schumpeter, 1961, p.26). Tratar-se-ia da expansão pela expansão, sem interesses concretos racionais implícitos, e por isso mesmo no presente capitalista a “persistência de tais hábitos (...) são dominados pelo contexto de produção de épocas passadas” (Schumpeter, 1961, p.28).

Para ele, “A beligerância e a política guerreira do Estado autocrático explicam-se pelas (...) disposições herdadas pela classe dominante, e não pelas vantagens imediatas obtidas pela conquista” (Schumpeter, 1961, p.33). Ou seja, o imperialismo e as guerras seriam produtos emocionais atávicos oriundos de uma arcaica ordenação social absolutista, mas que mantinham relativamente sua influência. Mas de que forma seria possível a persistência de tais fatores se para ele “o capitalismo é pela própria essência anti-imperialista” (Schumpeter, 1961, p.96)?

Afinal, em um quadro de livre-comércio, “nenhuma classe tem interesse no expansionismo pela força como tal” (Schumpeter, 1961, p.89). O protecionismo, na medida em que gerava contramedidas de outros países, prejudicava tanto os consumidores, que viam as mercadorias encarecidas, como os produtores, que se viam engajados em uma luta que não teriam necessidade de percorrer em outro contexto. Mas nem mesmo o protecionismo, por si só, seria o motivo da hostilidade entre nações. Mesmo que prejudicasse o fluxo de mercadorias, tais barreiras por vezes estimulavam a criação de filiais no estrangeiro e a internacionalização das empresas, o que traria efeitos pacíficos na medida em que poderia tornar os homens de negócio ainda mais alheios a um fundo emocional nacionalista.

O verdadeiro problema se daria não pelo protecionismo em si, mas quando este último facilitava a formação de cartéis. Com isso, surgia “uma política de preços monopolistas, possível em volume considerável somente com o respaldo de uma tarifa protecionista adequada” (Schumpeter, 1961, p.103). Os cartéis poderiam adquirir lucros excedentes com a eliminação da concorrência externa e vender sua produção excedente a preços baixos como *dumping* no exterior. A partir daí, não apenas a exportação de mercadorias, mas também a exportação de capital tensiona a conjuntura. A aliança entre a alta finança e os magnatas dos cartéis favorece enormemente esse processo de barreiras à circulação de capital e mercadorias, aumentando a animosidade entre os países e, assim, “iniciando-se uma luta amarga e cara, que nunca tem fim” (Schumpeter, 1961, p.106).

É só a partir desse envenenamento do ambiente trazido pelo monopólio exportador que se pode explicar a “política externa agressiva em geral e guerras” (Schumpeter, 1961, p.108). Todavia, tais tendências não poderiam ser supervalorizadas, pois os cartéis não se sustentariam sem a vigência do protecionismo e de fatores políticos que garantissem seus lucros extras no longo prazo. Ademais, apenas as altas finanças e os chefes dos grandes trustes é que poderiam ter algum interesse econômico direto em tais políticas, enquanto o povo e homens de negócio em geral as rechaçariam.

Schumpeter separava, portanto, o “monopólio exportador” da evolução do capitalismo em si. “O monopólio exportador não cresce segundo as leis inerentes

ao desenvolvimento do capitalismo. O caráter do capitalismo leva à produção em grande escala, mas não leva à forma ilimitada de concentração que deixa apenas uma ou poucas firmas em cada indústria” (Schumpeter, 1961, p.110). Assim, o monopólio exportador e sua agressividade não poderiam ser explicados meramente pelo “automatismo da concorrência”. É isso que leva Schumpeter a afirmar ser uma “falácia considerar imperialismo como fase necessária do capitalismo, ou mesmo falar da transformação do capitalismo em imperialismo” (Schumpeter, 1961, p.115).

Ao mesmo tempo, é necessário observar que, na época de seu ensaio, para Schumpeter, “o capitalismo não predominou integralmente em parte alguma do continente europeu” (Schumpeter, 1961, p.117). Juntando isso com a fraqueza política congênita da burguesia,¹ é possível perceber porque “os interesses econômicos existentes, modelados artificialmente pelo Estado Autocrático, continuaram dependendo da proteção do Estado” (Schumpeter, 1961, p.117). Nesse contexto, o nacionalismo e o militarismo, embora não sendo criaturas do capitalismo, tornam-se “capitalizados” e tiram do capitalismo suas melhores energias. Nessas condições, a burguesia tenderia a abdicar de sua “verdadeira consciência”, incorporando valores moldados no passado aristocrático como a “glória nacional”, o culto ao ouro monetário e uma visão sobre o comércio internacional que enfoca mais o lado de “explorador” que o de “consumidor” ou “livre competidor”. Entretanto, justamente porque o imperialismo não era uma decorrência necessária da evolução capitalista, Schumpeter vislumbrava então o seu fim. Até então, “Os mortos governavam os vivos” (Schumpeter, 1961, p.124). Todo o problema residia no fato de que o sistema capitalista no imediato pós-Primeira Guerra ainda não teria logrado constituir uma ordem institucional adequada para si. Na medida em que a racionalização capitalista prosseguisse seu curso, a sua tendência pacifista obliteraria as tendências de agressão de origem pré-capitalista.

Todavia, o desenrolar histórico após 1919, marcado pela ascensão do nazi-fascismo, inúmeros conflitos e a eclosão de mais uma guerra mundial, não endossaria o otimismo de Schumpeter. Ele passa então a considerar que suas ideias mereciam ser reavaliadas de certa maneira. Em 1939, em *Business Cycles*, ele reconsidera sua teoria e afirma que “nem a teoria marxista, nem a minha própria estariam próximas da verdade como a teoria baseada no conceito de ‘imperialismo Social’” (Schumpeter, 1939, p.636), conceito este que sustentava a ideia de que a disposição irracional de agressão poderá ser encontrada em várias outras camadas e não apenas na velha classe militar profissional. Entretanto, ele não alteraria a essência de sua visão. Sua explicação da Primeira Guerra permanecia baseada em fatores extraeconômicos (Schumpeter, 1939, p.692). Tampouco o nacionalismo que

1 Para ele, a burguesia nunca lograra a mesma legitimidade da nobreza e isso se tornava ainda mais conspícuo com a separação entre a propriedade e a gerência das grandes empresas com o advento dos oligopólios no século XX. Este seria um fator importante para que a política nacional estivesse ainda dominada pelos interesses atávicos. Nas suas palavras, “A bolsa de valores é um pífio substituto para o Santo Graal” (Schumpeter, 1979, p.180).

se desencadeara a partir dos anos 1920 tinha a ver com as tendências econômicas gerais das nações capitalistas, mas sim com “vicissitudes particulares correntes” (Schumpeter, 1939, p.706). Além disso, em *Business Cycles*, ele minimizava o poder da alta finança sobre a indústria e sobre a política em geral, justamente um dos únicos setores que, no seu ensaio de 1919, poderiam ter um interesse econômico racional na expansão imperialista.²

É verdade que, por outro lado, ele reconhecia que no pós-Primeira Guerra haveria o reforço de uma tendência que ele chamava de “neomercantilista”, que não poderia ser imputada única e exclusivamente a atavismos. Poder-se-ia creditar em parte tal tendência a uma “revolta contra (...) a civilização racionalista da época” (Schumpeter, 1939, p.697).³ Daí se explicaria, inclusive, a força do fenômeno fascista. Mas o próprio fato de que agora o imperialismo tomava dimensões de massa através do fascismo antirracionalista inclusive reforçava a sua tese do caráter emocional e não prático-utilitário da agressão nacionalista.⁴

Em 1941, prevendo a vitória dos Aliados na Guerra, ele vislumbrava o surgimento de um “imperialismo ético”, cujo “ethos é de pôr o mundo de acordo com as ideias norte-americanas. Se aceitarmos isso, a ordem será a consequência do padrão da civilização americana” (Schumpeter, 1939, p.394). Tratar-se-ia de um imperialismo não diretamente utilitário, mas sim ainda preso a um dado sentido moral ligado aos ideais da nação dos EUA.

Em síntese, para Schumpeter, a agressividade que permeia as relações internacionais não pode ser creditada às causas econômicas.⁵ O capitalismo produz o desenvolvimento inexorável de uma racionalidade que seria por natureza pacífica e também antichauvinista. Entretanto, paralelamente à esfera econômica capitalista, Schumpeter identifica uma esfera política distinta, ainda informada por atavismos pré-capitalistas agressivos ou pela mais moderna “revolta contra a razão”. Tal explicação é sustentada através de sua leitura própria da dinâmica histórica que separa analiticamente tais esferas.⁶ A autonomia entre as diferentes esferas da vida social sustentava, portanto, para ele, a ideia de assincronia entre o político e

2 “O domínio do financista sobre a indústria, ainda mais sobre a política nacional e mais ainda sobre a política internacional, é um conto de fadas dos jornais” (ibidem, 656).

3 Schumpeter ressalta o crescimento de um sentimento “anti-intelectualista” do qual Nietzsche, Pareto e Sorel foram porta-vozes e que era “hostil tanto ao capitalismo, quanto ao socialismo” (Schumpeter, 1991, p.345).

4 Schumpeter (1991, p.345) deixa explícito que “Hitler não era produto das condições econômicas”, mas sim produto de “condições passadas”.

5 Aqui talvez a citação mais explícita: “Se desejamos reduzir todas as causas e implicações do moderno protecionismo, quaisquer que sejam, aos elementos monopolísticos na indústria moderna como a única *causa causans* (...) nossa proposição passa a ser errada (...). Na realidade, a política externa sofreu muito pouca influência das grandes empresas – ou da alta finança” (Schumpeter, 1979, p.79).

6 “cada esfera (...) adquire, quando formada, uma vida e mecanismo de si mesma, ganhando graus de liberdade (...)” (Schumpeter, 1939, p.12). Schumpeter reconhece que tal recorte não seria autorizado por aqueles que “aceitam a teoria marxiana do processo social”.

econômico, ou seja, o fato de que o moderno sistema econômico capitalista convivia com uma ordem social e política não afeita ao élan capitalista. De toda forma, a tendência estrutural do capitalismo seria a da paz internacional e suas explicações das conjunturas bélicas estavam em essência apartadas da lógica econômica, da acumulação de capital e das relações econômicas assimétricas entre países.

Keynes e a coordenação harmoniosa entre países

Para iniciarmos o debate acerca das relações internacionais em Keynes, é válida a seguinte citação:

se as nações podem manter o pleno emprego apenas por meio de sua política interna (...) não deveria mais haver a necessidade de forças econômicas importantes destinadas a predispor um país contra os seus vizinhos. (...). O comércio internacional deixaria de ser (...) um expediente desesperado para manter o emprego interno, forçando as vendas nos mercados externos e restringindo as compras, o que, se tivesse êxito, simplesmente deslocaria o problema do desemprego para o vizinho que levasse desvantagem na luta, para se converter num livre e desimpedido intercâmbio (...) de vantagens mútuas. (Keynes, 1992, p.290-291)

Para ele, as políticas nacionais que garantissem o pleno emprego reduziriam as chances de conflito e aumentariam as sinergias e a potencialidade de colaboração entre os diferentes países. As falhas da esfera econômica multiplicariam problemas quando transpostas para as relações internacionais. Devemos partir aqui do seu conceito de “economia monetária de produção”. Em economias onde o dinheiro não é apenas um “véu”, mas sim uma forma efetiva de posse da riqueza, características como o “amor ao dinheiro” e o utilitarismo hedonista e individualista tornam-se marcantes. Tais vicissitudes não apenas tendem a prejudicar o desempenho da produção, renda e emprego em cada país, como também são potenciais indutores de conflitos – e, no limite, de guerras – na medida em que ensejam práticas predatórias nas relações internacionais.

Dessa forma, para Keynes, a prosperidade de uma nação está diretamente ligada à das demais. Com políticas adequadas, seria factível alcançar a abundância generalizada, de forma a serem satisfeitas as necessidades básicas do conjunto da sociedade. Mas, para que tal dinâmica virtuosa se consolidasse, seria necessário que a esfera política fosse conduzida em torno da razão e de valores adequados.⁷

7 Cabe mencionarmos as influências decisivas de G.E Moore e de Burke sobre o pensamento de Keynes. Do primeiro, ele reteve a ideia de um “utilitarismo ideal”, isto é, de que os indivíduos não deveriam se pautar pelo mero hedonismo, mas sim por determinadas ideias e valores mais elevados. Do segundo, ele obteve o conceito de “conveniência” que implicava em abordar a dinâmica política de forma plástica e flexível a depender das circunstâncias vigentes. A partir dessas influências, Keynes pensava ser possível a propagação de políticas racionais e valores adequados de forma a influenciar os rumos da sociedade. Cf. Dostaler (2007) e Skidelsky (2005).

Daí surge a centralidade da coordenação internacional. Pois, se houvesse espaço para que nas políticas internas vingasse a força da persuasão e da racionalidade em torno de bons ideais, não haveria motivo para não estender tal perspectiva para o plano internacional. Mais ainda, tal coordenação deveria ser modelada de forma a mitigar os poderes do rentismo em escala internacional. Para que tal coordenação seja exitosa, deve haver, portanto, uma institucionalidade voltada para os objetivos de produção, renda e emprego em conjunto com ações discricionárias e articuladas dos diferentes governos. Ou seja, a coordenação seria a condição para o restabelecimento de uma harmonia virtuosa, sem protecionismos desmedidos.

Naturalmente, em economias monetárias de produção, o padrão monetário internacional terá efeitos decisivos sobre as políticas internas e destarte ele será um objeto central das preocupações de Keynes. A crítica às consequências adversas trazidas pela fixação um tanto irracional na “reliquia bárbara do ouro” seria o objeto central de seu *Tract on Monetary Reform* [Tratado da reforma monetária] de 1923 e também do ensaio *The Economic Consequences of Mr. Churchill* [As consequências econômicas de Churchill], de 1925. Keynes advogava políticas monetárias distintas das que haviam sido frequentes no contexto do padrão-ouro antes da Primeira Guerra. No padrão-ouro, diante de uma balança de pagamentos desfavorável, os ajustes de preços eram lentos e até que uma deflação restabelecesse a competitividade do país em questão as reservas poderiam acabar, impondo-se assim aumentos nas taxas de juros. Para Keynes, um ajuste mais rápido no câmbio poderia diminuir a necessidade de altas taxas de juros para a obtenção de reservas, liberando a política monetária para objetivos mais internos (Keynes, 1972a, p.140).

Quando da volta da Inglaterra ao padrão-ouro em 1925, ele denunciou o fato de que o desemprego provocado pelos altos juros se transformava em si mesmo num meio de pressionar os sindicatos para a redução salarial. A irracionalidade de Churchill hipotecava a prosperidade nacional e chamava a um confronto direto com a classe trabalhadora em nome dos interesses da City em uma libra forte. Os interessados no padrão-ouro seriam apenas os setores rentistas da sociedade, que queriam impor aos setores produtivos (empresários e trabalhadores) uma deflação cumulativa e com efeitos fortemente recessivos.

Diante dos efeitos traumáticos da crise internacional nos anos 1930, Keynes mostra-se ainda mais enfático e crítico quanto ao obscurantismo dos interesses tipicamente rentistas no sistema monetário internacional. Tais interesses seriam moralmente condenáveis e também irracionais quando contrapostos aos objetivos de preservação da civilização liberal, que sempre fora seu objetivo. Em *Treatise on Money*, escrito já sob os efeitos iniciais da crise, ele vaticina: “os amigos do ouro terão de ser extremamente sábios e moderados se querem evitar uma Revolução. De fato eles têm estado muito longe de serem sábios e moderados e a Revolução está diante de nós” (Keynes, 1972c). No ensaio *Means of Prosperity*

[Sentidos de prosperidade], de 1933, quando o mundo vivia o auge da depressão – e também via a ascensão de Hitler na Alemanha –, ele apelava para uma reversão internacionalmente coordenada do processo deflacionário em curso que, além de derrubar as economias nacionais, aumentava consideravelmente o fardo dos devedores e deprimia ainda mais os investimentos produtivos. Por outro lado, a manipulação exagerada do câmbio – diferente da manipulação cautelosa advogada por ele – e outras medidas protecionistas estavam nitidamente envenenando a economia mundial. Tratava-se de evitar “as desvalorizações competitivas e tarifas competitivas e outros meios artificiais de melhorar balança externa de um dado país com restrições de câmbio, proibições de importações e cotas que não ajudam ninguém e prejudicam todos se aplicadas de forma geral” (Keynes, 1972d, p.352).

Destarte, era preciso reduzir a força dos setores rentistas que prosperavam em meio à instabilidade e incerteza generalizada das relações internacionais nos anos 1930 e recuperar a coordenação e a sinergia benfazeja entre os países. O mesmo espírito, encontramos em sua famosa proposta nas negociações de Bretton Woods, em 1944, do “bancor” como moeda internacional de circulação restrita aos bancos centrais. A proposta contemplava ainda os mecanismos próprios de ajuste de uma dada coordenação internacional que puniria tanto os países com déficit, como os com superávit crônicos no balanço de pagamentos, evitando-se assimetrias que impediriam a busca pela reconstrução econômica do pós-guerra, além do fato de certa margem de flexibilidade para ajustes na taxa de câmbio em função de eventuais desequilíbrios.

Mesmo que a conjuntura do pós-guerra, pautada pela supremacia dos EUA, tenha derrotado as propostas de Keynes e implementado o que na prática viria a ser o padrão ouro-dólar, ele não abandonaria o seu otimismo quanto às possibilidades de uma nova conjuntura próspera informada pelo seu internacionalismo harmonioso. Discorrendo sobre Bretton Woods, ele saudava o fato de que “o plano atribui a cada governo-membro o explícito direito de controlar todos os movimentos de capital. O que costumava ser uma heresia é agora endossado como ortodoxia” (Keynes, 1978, p.214), de forma que os Estados estariam mais livres para suas políticas domésticas de renda e emprego.

Ademais, Keynes pensava que havia uma propensão ao imperialismo caso as decisões nacionais fossem deixadas ao sabor do “amor ao dinheiro” e dos exclusivismos nacionais. Já em *As consequências econômicas da paz*, escrito ao final da Primeira Guerra, ao criticar o destino de dívidas e prostração econômica que as potências vitoriosas reservavam à Alemanha, ele contrapunha a ideia de que

um sistema econômico aberto a todos os países, sem privilegiar nenhum deles, estaria absolutamente a salvo das objeções feitas a um esquema de privilégios, confessadamente imperialista, que administre exclusões e discriminações. A atitude que tomarmos com relação a essas críticas deve ser determinada pela nossa

reação moral e emocional ao futuro das relações internacionais e da paz mundial. (Keynes, 2002, p.185)⁸

De maneira geral, os interesses puramente financeiros para Keynes seriam insufladores de atitudes imperialistas, e a sua conhecida proposta de eutanásia do rentismo contribuiria dessa forma também para a paz internacional. Fica nítido que o pacifismo de Keynes se apoiava na coordenação política entre nações que evitasse o caos social e revoluções produzidos por guerras.

Sintetizemos, por fim, o cerne da visão de Keynes sobre as relações internacionais. As economias monetárias de produção, deixadas por si só, reproduziriam características nefastas como o “amor ao dinheiro” e o rentismo, ao mesmo tempo em que o sistema econômico iria funcionar aquém de sua capacidade, engendrando subprodução. Por outro lado, ele pensava ser desejável e factível manejar a esfera política de forma racional para dirimir os percalços do sistema capitalista. Os “bons” valores inspirados em Moore e o conceito de “conveniência” de Burke deveriam ser transpostos à escala internacional. Tal persuasão e coordenação entre as nações permitiriam não apenas superar os problemas econômicos, como também evitar as guerras e o caos social. Através da busca planejada pela abundância econômica em escala internacional, Keynes pensava dar sua contribuição à defesa da civilização liberal. Se no liberalismo do século XIX acreditava-se que era a liberdade para a busca da satisfação individual o que garantia a prosperidade geral, no século XX, Keynes pensava que a prosperidade geral é que seria a única salvaguarda da liberdade do indivíduo.

Hayek e o internacionalismo liberal da “ordem espontânea”

Quando Hayek se debruça sobre questões internacionais, ele irá partir da mesma ideia central de seu pensamento, de que se há de aceitar a ordem espontânea dos mercados e que ao Estado caberá apenas a vigilância em torno de certas regras de conduta gerais que preservem tal ordem. Conseqüentemente, deve-se evitar ao máximo aquilo que chama de construtivismo, leia-se, todas as tentativas de planejamento econômico e social. Todavia, há algo mais a dizer. Para ele, única e exclusivamente o respeito às ordens espontâneas será capaz de oferecer uma perspectiva coerente de internacionalismo. Destarte ele defende a identidade total entre uma perspectiva individualista e o internacionalismo:

Se a “comunidade” ou o Estado têm prioridade sobre os indivíduos, (...), só os indivíduos que trabalham para tais objetivos podem ser considerados membros da

8 A existência de motivações econômicas para a guerra também é sugerida em sua Teoria Geral: “A guerra tem diversas causas. Os ditadores (...) não encontram dificuldade em fomentar a natural belicosidade de seus povos. Porém, além disso, (...) aparecem as causas econômicas da guerra, ou seja, as pressões da população e a luta acirrada pelos mercados” (Keynes, 1992, p.357).

comunidade. Como consequência (...), uma pessoa só é respeitada na qualidade de membro do grupo, isto é, apenas se coopera para os objetivos comuns reconhecidos e toda a sua dignidade deriva dessa cooperação e não da sua condição de ser humano. Os próprios conceitos de humanidade e, por conseguinte, de qualquer forma de internacionalismo são produtos exclusivos da atitude individualista e não podem existir num sistema filosófico coletivista. (Hayek, 1984, p.138)

A elevação do planejamento para a escala internacional multiplicaria os perigos e vicissitudes já existentes em escala nacional.⁹ “Em nenhum outro campo o mundo pagou tão caro por abandonar o liberalismo do século XIX como naquele em que esse abandono se iniciou: o das relações internacionais” (Hayek, 1984, p.198). No plano econômico, as relações internacionais do século XX estariam, portanto, envenenadas pelo construtivismo. Quanto mais houvesse o controle do Estado sobre os recursos nacionais, menos pacíficas tenderiam a ser as relações econômicas entre as nações.

As transações econômicas entre unidades nacionais que são ao mesmo tempo juízes supremos da própria conduta, que não se curvam ante nenhuma lei superior e cujos representantes não podem ser restringidos por qualquer consideração exceto o interesse imediato de seus respectivos países, acabarão por converter-se em choque entre nações. (Hayek, 1984, p.199)

Se eram ruins quaisquer tentativas de planejamento internacional, ele acreditava ser importante, por outro lado, que certos padrões de comportamento fossem assumidos pelas diferentes nações. Em especial na sua preocupação em relação à inflação – responsável, para ele, por crescimento artificial e má alocação de mão de obra e capital –, era claro que as tentativas de controlar o crédito deveriam ser praticadas conjuntamente pelas diferentes autoridades monetárias dos países, dada a integração comercial e os fluxos de capital internacional (Hayek, 1934, p.125). Justamente por colocar no centro a questão da disciplina anti-inflacionária, Hayek era um defensor do padrão-ouro, diferentemente de Keynes. Por não acreditar que os governos espontaneamente mantivessem a estabilidade da oferta de moeda, a disciplina do padrão-ouro seria a solução mais adequada, ou em sua terminologia, uma “regra de conduta” a ser respeitada tendo em vista seus benefícios de longo prazo.

Diante das dificuldades de se retomar uma estrutura do tipo do padrão-ouro ou de algum sucedâneo baseado nos mesmos princípios, Hayek passaria a defender

9 “O conflito entre planificação e liberdade não pode deixar de agravar-se à medida que diminui a semelhança de valores e de padrões entre os que são submetidos a um plano unitário (...) à medida que se amplia o âmbito de planificação; (...) diminuindo o consenso, crescerá a necessidade de adotar a força e a coerção” (Hayek, 1984, p.199-200).

um acordo entre os países que garantisse a mais ampla conversibilidade entre as moedas nacionais para que, através de uma dinâmica competitiva, houvesse um desestímulo para políticas monetárias frouxas que colocassem em questão o valor do dinheiro de uma dada nação (Hayek, 1983, p.405). Em suma, o que se depreende de tais propostas, seja do saudosismo de Hayek perante o padrão-ouro, ou em sua ousada proposta de “competição” entre moedas nacionais, é que, em todo caso, seria fundamental o estabelecimento de um arranjo institucional comum às nações. Sem tal arranjo, ampliava-se o poder de cada país em produzir inflação com todas as distorções e artificialismos que esta acarretava, segundo seu entendimento. Para Hayek, tratava-se simplesmente de se estabelecer regras que impediriam os países de abusarem de seus poderes soberanos na política econômica, de maneira que a iniciativa privada comandasse a vida econômica em todos os países, dentro de uma lógica puramente competitiva. Ele rechaçava terminantemente a ideia de coordenação discricionária nos moldes de Keynes. Ao se impedir toda e qualquer manipulação cambial, e ao mesmo tempo ao se evitar o protecionismo nacional, o que prevaleceria seria a efetiva capacidade e eficiência produtiva em escala internacional, bem como a melhor alocação possível dos recursos.

Este ponto de vista remete diretamente à maneira pela qual ele enxerga o problema do desenvolvimento desigual das nações:

Embora a posição tão avançada em que se encontram, hoje, os povos do Ocidente (...) seja em parte consequência de um maior acúmulo de capital, isto decorre, principalmente, do fato de que eles utilizam o conhecimento de maneira mais eficiente. Não há dúvida de que a perspectiva atual de os países mais pobres atingirem o nível atual dos países do Ocidente é muito melhor do que seria se o Ocidente não tivesse dado tão grande salto à frente. Além disso, é bem melhor do que seria caso, no decorrer do surgimento da sociedade moderna, alguma autoridade mundial tivesse tomado medidas para que nenhuma nação se adiantasse em relação às outras, assegurando, a cada passo, que os benefícios materiais fossem distribuídos equitativamente em todo o mundo. (Hayek, 1983, p.47)

É claro então que a possibilidade de progresso reside no fato de ter surgido no Ocidente uma sociedade em que a liberdade e o individualismo puderam florescer. Ao mesmo tempo, “o que permite a um país liderar este desenvolvimento mundial são suas classes economicamente mais avançadas” (Hayek, 1983, p.48). A desigualdade dentro de uma nação e a própria desigualdade entre as nações eram o pressuposto necessário do progresso universal. Destarte, as teses marxistas que enfatizavam as relações assimétricas entre os países estariam viciadas, já que não vislumbravam a verdadeira raiz do progresso econômico. Não se deveriam pensar os obstáculos ao desenvolvimento econômico dos países pobres em função de seu atraso histórico ou por estarem subjugados aos países mais desenvolvidos. A existência de países líderes permitiu um processo de mimetismo que abriu con-

dições para acelerar um desenvolvimento que de outra forma jamais ocorreria: “Para várias regiões do mundo, o avanço da civilização, há muito tempo, se dá de forma reflexa” (Hayek, 1983, p.47).

Hayek aqui legitimava tanto as disparidades de riqueza entre as nações pobres e ricas – que permitiam a criação espontânea de conhecimento e inovações econômicas –, como as disparidades de renda dentro dos próprios países subdesenvolvidos, pressuposto tanto da existência de uma alta taxa de poupança como da existência de uma elite empresarial que levaria a cabo a dinamização da economia. Nesse passo, a única solução coerente para Hayek seria aceitar que as disparidades faziam parte de um processo que, em longo prazo, permitiria o aumento das benesses e do conforto material para o conjunto da humanidade. Negar tal ideia implicaria um aumento das animosidades e hostilidades entre diferentes povos.

Em todo e qualquer caso, é muito claro para Hayek que, na medida em que a liberdade estava sendo ferida pelos dispositivos construtivistas, o problema das relações internacionais tornava-se cada vez mais agudo. Neste contexto, “a criação de um Estado Mundial provavelmente constituiria uma ameaça maior ao futuro da civilização do que a guerra” (Hayek, 1983, p.319). Um Estado Mundial ou mesmo organizações supranacionais apenas multiplicariam o ataque ao individualismo que grassava em cada nação tomada isoladamente. Mesmo que Hayek acreditasse na necessidade de um Estado de Direito Internacional, este jamais poderia ser criado e garantido via aparatos estatais caso não houvesse antes uma ampla reformulação nos valores e princípios políticos. “Direi apenas que nada além de soluções paliativas nos parece possível no campo das relações internacionais enquanto tivermos ainda de aprender como limitar efetivamente os poderes de todo governo e como repartir esses poderes entre seus escalões” (Hayek, 1983, p.318). A batalha por tal Estado de Direito confundia-se com o resgate do verdadeiro liberalismo; a autodeterminação dos povos só poderia de fato existir combinada com aquilo que ele julgava ser a mais ampla liberdade individual econômica e política.

Em suma, podemos resumir a visão das relações internacionais em Hayek do seguinte modo. Como a evolução econômica e social era exclusivamente tributária do livre desenvolvimento de “ordens espontâneas”, qualquer forma de planejamento e de intervenção discricionária seria danosa. O mercado, o exemplo por excelência de “ordem espontânea”, será então não apenas o único lócus garantidor da eficiência e do progresso econômico, como também a única salvaguarda da liberdade individual. Isto é, toda e qualquer busca de ferir a espontaneidade do mercado implicaria um crescente construtivismo que colocaria em xeque a liberdade e, no limite, levaria ao totalitarismo.

Tal visão está intimamente ligada a um determinado estatuto da razão e da ética. Dadas as restrições da mente humana e da ciência em geral, para Hayek haveria um limite claro para a ação racional coletiva voltada a fins concretos. O fenomenal desenvolvimento científico da humanidade teria, para Hayek, produzido uma superestimação da razão que sustentava desejos construtivistas

e modeladores da vida social. Todavia, tal perspectiva de conduzir a vida social dentro de modelos e planos racionalizados não apenas tendia a produzir resultados ineficientes, como se chocava com qualquer perspectiva de moralidade. Mais precisamente, como a ética em Hayek só poderia partir de indivíduos livres e com amplo poder de escolha, toda modelação predeterminada da vida só poderia ser arbitrária e anuladora dos valores voluntariamente e espontaneamente abraçados pelos homens. Assim, no que tange ao plano internacional, Hayek estabelece uma defesa ainda mais arraigada das “ordens espontâneas” e do livre-mercado. Pois afinal, para ele, o planejamento construtivista, quando transposto para a escala da relação entre as nações, amplificaria tanto os malefícios econômicos quanto os abusos sobre a liberdade. Ou seja, ao se aumentar o escopo das intervenções sociais e políticas, haveria um ainda maior “abuso da razão”, causando disputas nacionalistas ásperas entre os países. Conseqüentemente, as disparidades de bem-estar e progresso técnico entre países eram não apenas justificadas, como propiciariam um mimetismo que facilitaria a evolução dos países atrasados, caso respeitassem a “ordem espontânea” e sua desigualdade implícita.

Comentários

Schumpeter

O mais importante a se ter em conta, a nosso ver, é a relação entre sua teoria do imperialismo e sua visão particular de capitalismo, de Estado e o papel que ele atribuía à racionalidade. O fato é que, como afirmou Bottomore (1992, p.51), a teorização de Schumpeter o impedia de ter uma visão consistente da difusão internacional do capitalismo. Por quê? Em primeiro lugar, como ao longo de sua obra Schumpeter sempre identificou capitalismo com atividades empreendedoras, ele acabou por deixar de lado toda a dimensão expansiva do processo de acumulação do capital, ou seja, as relações sociais concernidas que são generalizadas e a dinâmica internacional moldada e informada pelo capital. Assim, o que se perde é a especificidade histórica e única do capitalismo. A necessidade de valorização do valor própria do modo de produção capitalista é o motor que o impele a buscar mercados externos, a realizar exportações de capital e generalizar formas de produção especificamente capitalistas. Processo esse que é potencializado pelo advento do capital financeiro, minimizado por ele e que tende a acelerar e amplificar a reprodução das relações capitalistas. Em suma, nosso ponto é que o ímpeto de expansão do capital não é dado meramente por algo externo a ele, por um atavismo, ou por uma interferência política externa em sua atividade, mesmo que tais fatores possam existir.

Em segundo lugar, o Estado, longe de estar alheio ou de se opor aos interesses tipicamente capitalistas, é parte integrante de sua expansão internacional. Toda a dificuldade que Schumpeter encontrou em qualificar as mudanças do entreguerras, conceituando-as como atavismos e reações “antirracionais”, reside na sua dificul-

dade em aceitar a fusão de interesses entre capital monopolista e Estado. Pois, o Estado é instrumento decisivo não apenas para o protecionismo, mas também para a expansão neocolonial e para a afirmação e defesa dos interesses dos oligopólios dentro e fora de cada nação. Sem isso, não apenas a explicação da expansão do capitalismo torna-se frágil, como a própria hierarquia de poder entre governos e países é incompreensível.

Por fim, a sua falta de delimitação entre racionalidade dos meios e dos fins levou-o a entender o capitalismo como um sistema social intrinsecamente pacífico e avesso à hostilidade internacional. Pois, a nosso ver, é fato que os fins capitalistas, voltados para a valorização fetichista do capital, sempre hão de ser irracionais e muitas vezes tais fins implicarão a hostilidade nacional. Se não levarmos isso em conta, nossa explicação da difusão do capitalismo ao longo do século XX pelo chamado “Terceiro Mundo” torna-se limitada, pois, nos países em que vigoravam formações sociais pré-capitalistas, o processo de modernização não pode ser creditado a uma mera difusão “por osmose” da irresistível racionalização capitalista. Os conflitos e a violência que marcaram a difusão das relações sociais capitalistas em tais países, ou seja, a continuidade do processo de acumulação primitiva em pleno século XX, talvez seja a maior refutação da teoria do imperialismo de Schumpeter.

O ponto fundamental é que Schumpeter estratifica sua abordagem de passado, presente e futuro com sentidos e móveis cristalizados. Assim, ele não pode perceber como o contato entre o capital e o seu entorno pré-capitalista redefine totalmente relações e hierarquias, produzindo uma nova totalidade. A ideia de que o imperialismo dos EUA no pós-Segunda Guerra seria um “imperialismo ético”, pautado nos ideais da nação estadunidense, mostra até onde ele foi levado pela falsa relação entre o “econômico” e o “político”. Talvez sem querer, ele acabou por teorizar o próprio discurso legitimador do militarismo dos EUA no pós-Segunda Guerra, discurso que evidentemente não pode ser tomado como uma abordagem justa das raízes de tal fenômeno.

Keynes

Para Keynes, inversamente, seriam as questões econômicas potenciais promotoras do chauvinismo e da agressão nacional, ao passo que, por outro lado, a esfera política poderia ser manejada de forma a se produzir uma coordenação harmoniosa entre países. No entanto, o que deve ser questionado é justamente a efetividade de tal coordenação, pois ela dependerá de dois fatores essenciais: 1) a real situação da balança de poder nas relações internacionais, 2) a plausibilidade de sistemas nacionais relativamente autônomos diante da dinâmica internacional de comércio, produção e finanças capitalistas.

A primeira dessas condições implica que a possibilidade de convergência entre países não seja cancelada pela assimetria da ação dos governos em defesa dos interesses dos grupos capitalistas de seus países. Entretanto, é improvável que

a dinâmica da acumulação de capital respeite tal equilíbrio. Aqui, é necessário reter por um momento a maneira pela qual Keynes propunha resolver o problema econômico. Ele pensava que, caso medidas adequadas fossem adotadas – aumento da propensão ao consumo via distribuição da renda, socialização dos investimentos –, haveria tal aumento do estoque de capital produtivo, que geraria um estado de abundância. Este estado significaria a satisfação das necessidades básicas de consumo do conjunto da sociedade e também o fim do rentismo e da própria necessidade de acumulação de capital.¹⁰

A nosso ver, como se guiou por tal perspectiva, ele minimizou o impacto heterogêneo da disseminação das relações sociais e da acumulação capitalista nas diferentes nações, que historicamente implicaram conflitos e relações de dominação e dependência. Pois, afinal, o que estava implícito na solução do problema econômico por Keynes era uma tendência quase que teleológica à abundância que poderia ser atingida caso todos os países adotassem as políticas adequadas, tendência que tornaria supérfluo o debate acerca da dependência entre países. Mas se adotarmos aqui outra argumentação em que o objetivo do capital é a contínua autovalorização, jamais haverá por si só um momento histórico em que o estoque de capital será ocioso em relação às necessidades sociais. Assim, as relações internacionais continuarão sendo afetadas pelo caráter errático e desigual da acumulação de capital entre os países, bem como dos interesses rentistas que não podem ser eliminados simplesmente por um aumento da capacidade produtiva diante das necessidades, como queria Keynes. Assim, mesmo que ele tenha encontrado razões econômicas para o imperialismo, ele superestimou a efetivação da paz através de uma coordenação racional e ética de suas ações.

A segunda das condições que mencionamos acima implica que os Estados como tais tenham relativo domínio sobre seus espaços econômicos nacionais de forma a implementar suas políticas de pleno emprego, cujos efeitos, segundo Keynes, trariam uma sinergia positiva para o aumento da produção e da renda em escala internacional. A crítica relevante, para nós, deve se situar num plano estrutural. Como vimos, Keynes pensava que o estado de abundância traria o fim da necessidade de acumulação na medida em que as necessidades mais importantes da sociedade estivessem saciadas. Mas, se as tendências estruturais do modo de produção capitalista não apontam para tal, o próprio caráter expansivo

10 Keynes afirmava: “Se tenho razão em supor que é relativamente fácil tornar os bens de capital tão abundantes que sua eficiência marginal seja zero, este pode ser o caminho mais razoável para eliminar gradualmente a maioria das características repreensíveis do capitalismo. Um instante de reflexão mostrará as enormes mudanças sociais que resultariam do desaparecimento progressivo de uma taxa de rendimento sobre a riqueza acumulada” (1992, p.174). Com tal estado de abundância, acabaria, portanto, o rentismo na forma da exploração da posse de capital monetário que rende juros, como também na forma da posse de capital produtivo que rende lucros desmedidos. Então, a própria acumulação deixaria de ter sentido: “Qualquer pessoa poderia ainda acumular seu rendimento com a intenção de gastá-lo em data posterior. Mas a sua acumulação não cresceria” (Keynes, 1992, p.174).

da acumulação traz uma tendência à internacionalização das forças produtivas e dos espaços de valorização do capital, tornando mais complexa a tarefa de coordenação internacional. Da mesma forma, se considerarmos que o processo de autonomização das finanças também é algo estrutural devido ao caráter crescentemente abstrato das relações sociais entremeadas pelo dinheiro no capitalismo, a perspectiva de eutanásia do rentismo torna-se ainda mais remota.

Como Keynes imputa as lacunas do capitalismo mais aos homens e sua razão do que a algo que pertence à natureza e à “razão” do capital, ele acreditava ser possível superar tais falhas com a adesão a uma moral distinta do “homo economicus”. Todavia, é forçoso reconhecer o idealismo de sua visão: sem a superação das efetivas relações sociais capitalistas, não é possível cessar a reprodução de tais fenômenos disruptivos.

Hayek

Se, como sugerimos, Keynes e Schumpeter separam e valorizam de forma oposta as esferas econômicas e políticas no que diz respeito às relações internacionais, a questão em Hayek se coloca de forma distinta, pois ele parte da identificação e unificação entre tais esferas. Devido a tal unificação, toda a sua obra vai girar em torno dos polos mercado/ordem espontânea-liberdade *versus* planificação/totalitarismo.

Todavia, o ponto a ser abordado é justamente a maneira pela qual Hayek promove tal unificação. A ordem espontânea, erigida por ele em única situação desejável, é tida como algo insondável, além da capacidade de apreensão dos indivíduos. Por isso, normas e padrões que norteiam a vida social hão de ser genéricas e abstratas, já que o homem em si mesmo é incapaz de estabelecer racionalmente uma outra ordenação justa e eficaz.¹¹ Assim, a alienação dos indivíduos, produto da modernidade capitalista que separou os indivíduos das condições de reprodução de suas vidas, é por ele tomada como condição para o funcionamento, progresso e liberdade numa sociedade aberta e complexa.

Dessa forma, há de se questionar até que ponto vai a liberdade propalada por Hayek. Pois se a ordem espontânea é um fenômeno insondável e produzido de forma inconsciente, ao qual os homens devem aceitar como fato consumado, ela não seria outra forma de clausura? Seria a ordem espontânea de fato tão “espontânea” como ele pensava? Hayek trata o advento do capitalismo de forma a-histórica como se ele fosse simplesmente o produto necessário e natural de um lento processo evolutivo e ignora que o surgimento do “livre-mercado” não foi de fato espontâneo, mas sim um processo de intensas e violentas transformações. Ademais, a

11 “Quanto mais civilizada a sociedade, tanto mais o indivíduo desconhece os elementos que sustentam o funcionamento de sua civilização. A própria divisão do conhecimento aumentou a ignorância do indivíduo” (Hayek, 1983, p.24). Assim, para Hayek, o desenvolvimento da civilização implicava necessariamente redução do conhecimento acerca da dinâmica da sociedade.

própria reprodução daquilo que Hayek considera espontâneo também depende da existência de intervenções conscientes e planejadas. Em outras palavras, as instituições que garantem a continuidade do capitalismo como a propriedade privada, a mercantilização da mão de obra, a própria regulamentação jurídica dos mercados etc. dependem da ação política e consciente dos diferentes Estados nacionais. Dessa forma, a unificação que Hayek faz entre as esferas econômica e política acaba por ser mistificadora, pois não apenas abstrai toda a historicidade do modo de produção capitalista como assume a aparência das formas reificadas de suas relações sociais como sua essência desejável.

E isto incide diretamente no seu olhar sobre o cenário internacional. A sua defesa do mimetismo como único caminho possível para os países atrasados anula todo o processo histórico que pavimentou determinadas relações de força e hegemonia entre as diferentes nações. O resultado disso é que ele acaba por tomar a desigualdade entre as nações como desejável, posto que os avanços daqueles países já desenvolvidos permitiriam a evolução mais rápida dos demais. Mas o fato é que ao se situar exclusivamente no nível superficial e estático dos fatos postos, Hayek recusa qualquer reflexão sobre a dinâmica da estrutura internacional que perpetua e mesmo aprofunda tais desigualdades e impede uma efetiva colaboração econômica entre os diferentes povos.

Além disso, há de se mencionar aqui a sua proposta de um Estado de Direito Internacional que estabelecesse a salvaguarda da liberdade dos indivíduos. Mais uma vez aqui se ignora o desenvolvimento internacional desigual do capitalismo que determina hierarquias e assimetrias e toma-se uma determinada ordenação institucional como algo universalmente desejável. Ao mesmo tempo, há que se perguntar de que maneira seria factível tal ordem sem imposições. Pois nela, afinal, a única liberdade permitida seria a do mercado e as consequências de tal arranjo institucional “livre” – desigualdade entre classes sociais, desigualdade entre as nações, perda de soberania etc. – não podem ser objeto do escrutínio da sociedade.¹²

Não é à toa que, quando confrontada com os problemas concretos da política, transparece o fato de que sua ordem internacional no fundo só pode ser garantida através de imperativos e mesmo de medidas de força. Por exemplo, em 1983, Hayek declara que é contra a ameaça da URSS: “eu estou convencido de que Reagan está certo em não reduzir os gastos com armas. A paz mundial depende de a América estar forte” (Hayek apud Ebenstein, 2000, p.205). Ou ainda, quando perguntando em 1981 sobre as ditaduras latino-americanas, ele responde: “Não confunda totalitarismo com autoritarismo. Não conheço nenhum governo totali-

12 “Não temos, contudo, a intenção de converter a democracia em fetiche (...) a democracia é, em essência, um meio, um instrumento utilitário para salvaguardar a paz interna e a liberdade individual. E, como tal, não é, de modo algum, perfeita ou infalível” (Hayek, 1984, p.84). Ou seja, para Hayek, a democracia não deveria ser defendida a qualquer custo, mas apenas na medida em que servisse para a salvaguarda de regras de conduta que, nos termos dele, garantissem a liberdade dos indivíduos.

tário na América Latina. O único que havia era o Chile sob o presidente marxista Allende. O Chile agora é um grande sucesso” (Hayek apud Ebenstein, 2000, p.300). Assim, a ditadura de Pinochet poderia ser compatibilizada para Hayek com a ideia de ordem espontânea, na medida em que a livre iniciativa econômica e a propriedade privada eram garantidas. Ironicamente em Hayek, como frisou Prado (2007, p.30), “o seu anticonstrutivismo se interverteu também em construtivismo”. A despeito de toda a defesa formal da liberdade, a eleição de certos pressupostos como absolutos implicará em restringi-la tanto internamente em cada nação, como nas relações internacionais.

Considerações finais

Buscamos apreender as abordagens acerca das relações internacionais a partir do estatuto específico que as esferas econômica e política apresentam em cada um dos três autores. Se é verdade que existem idiossincrasias em cada uma dessas visões, é possível, por outro lado, tentar estabelecer sintonias entre elas. Pensamos que tais pontos de convergência tornar-se-ão mais visíveis se contrapormos suas abordagens às duas seguintes ideias que se complementam: 1) o modo de produção capitalista deve ser apreendido a partir das relações sociais que perfazem a sua essência e não apenas na sua aparência fenomênica; 2) as esferas econômica e política devem ser vistas não de forma apartada, mas sim compondo uma dada unidade. Para clarificar tais ideias acreditamos ser útil a leitura que faz Ellen Wood:

para Marx, o segredo último da produção capitalista é político. O que distingue radicalmente sua análise da economia política clássica é que ela não cria descon- tinuidades nítidas entre as esferas econômica e política; (...) a base produtiva em si existe sob o aspecto de formas políticas, sociais e jurídicas, em especial, formas de propriedade e dominação. (Wood, 2003, p.28)

A leitura que fazemos da contribuição marxiana aqui se apoia em grande medida na ideia acima. Não é possível tratar a economia capitalista como algo autônomo com relação às formas de poder, pois, afinal, toda a reprodução do modo de produção capitalista depende de determinadas formas jurídicas e políticas que garantam a propriedade, a mercantilização continuada da força de trabalho etc. Destarte, a dinâmica do capital nunca é redutível a uma pura esfera econômica.

Tal enfoque, quando transposto para a arena internacional, implicará uma dada totalidade informada pelas relações sociais capitalistas. Isto é, tratar-se-á de uma totalidade em que a lógica do capital de contínua “valorização do valor” será fundamental e em que ao mesmo tempo ela se fará sentir presente tanto “economicamente” como “politicamente”. Logo, o poder de Estado faz parte diretamente da dinâmica do sistema como tal. Certamente, a ação concreta de tal poder há de depender da conjuntura concreta em questão e dos conflitos e lutas entre as diferentes classes sociais. Mas, em todo e qualquer caso, jamais estará

sob questão a funcionalidade decisiva dos Estados para que o capital prossiga em sua lógica de valorização.

Tal unidade entre o político e o econômico torna-se ainda mais nítida no contexto da primeira metade do século XX, comum aos três autores, com o advento do capitalismo monopolista. Com as transformações em curso, como o surgimento de grandes cartéis e oligopólios, a fusão do capital bancário e industrial – o capital financeiro –, a divisão do mundo em áreas de influência entre as principais potências industriais, entre outros elementos, é fato que há um conspícuo estreitamento da relação entre a classe capitalista e o Estado Nacional no que diz respeito à política externa. Esse estreitamento conformou uma situação em que o “econômico” e o “político” conspiravam para a configuração de uma nova totalidade marcada por uma rígida hierarquia sob comando das potências capitalistas e um processo de desenvolvimento desigual e combinado entre as nações atrasadas.

Feitas tais considerações, é possível então estabelecer uma ponte que unifica os autores. Cada um deles à sua maneira tomou a aparência da dinâmica do capital como sua essência, ao passo que as suas relações sociais foram abordadas como algo distinto. Assim, Schumpeter pôde intuir que haveria uma racionalidade pacífica na própria natureza econômica do capitalismo, abstraindo assim a dinâmica conturbada e conflituosa da busca constante pela valorização do capital entre as nações. Keynes, de forma inversa, supôs que a racionalidade da coordenação estatal entre as diversas nações poderia superar as vicissitudes de uma esfera econômica afeita a crises e conflitos internacionais. Assim, nele, o político aparece como esteio da harmonia e da pacificação. Em ambos os casos, ignora-se que é justamente a totalidade informada pelo capital e que envolve tanto a esfera econômica como a política que implica as tortuosas relações internacionais que acompanham o modo de produção capitalista. Já em Hayek, trata-se de assumir direta e explicitamente o caráter fetichista do modo de produção capitalista como seu *modus operandi* bem-vindo e necessário.

Justamente aqui repousam as dificuldades dos três ao transpor suas teorias para a explicação histórica das relações internacionais, pois acabam por convergir numa visão teleológica da história. Para cada um deles, haverá uma espécie de lei trans-histórica que explicará o sentido último e a evolução da civilização. Assim, acabam por transformar elementos que se relacionam organicamente em relações acidentais, reflexivas, ou então em determinados sentidos cristalizados. Para Schumpeter, trata-se do desenvolvimento irresistível da racionalidade que tenderá a produzir um mundo pacífico assim que sejam superados os atavismos e outras formas de resquícios antirracionais. Keynes, por sua vez, mesmo que formalmente critique todo e qualquer determinismo, aferra-se à ideia de um desenvolvimento das forças produtivas através do aumento do estoque de capital que satisfaça as necessidades básicas de consumo e que ponha fim ao problema econômico, produzindo assim a paz e prosperidade entre as nações. Já para Hayek, a questão era o eterno, descentrado e inconsciente desenvolvimento constante da

“ordem espontânea” que teria aprimoramento contínuo garantido pelos princípios de livre-mercado, ensejando através do mimetismo o desenvolvimento das nações.

Em todos os casos, com tais teleologias, o que se perde é justamente a necessária mediação da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista com o desenrolar histórico concreto, suas contradições e as diferentes correlações de força que se estabelecem em cada conjuntura entre os diferentes países. E também daí o fato de os três poderem vislumbrar no horizonte uma hipotética e utópica civilização capitalista pacífica.

Referências bibliográficas

- BOTTOMORE, Thomas. *Between marginalism and marxism: the economic sociology of J. A. Schumpeter*. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1992.
- DOSTALER, Gilles. *Keynes and his battles*. Cheltenham, UK; Northampton, MA, USA: Elgar, 2007.
- EBENSTEIN, Alan. *Friedrich Hayek: a biography*. Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- HAYEK, Friedrich. *Prices and Production*. Londres: Routledge. 1934.
- _____. *La Teoria Monetaria y el ciclo econômico*. Madri: Espasa-Calpe, 1936.
- _____. *The pure theory of capital*. Londres: Macmillan, 1941.
- _____. *Os fundamentos da liberdade*. Brasília: Editora da UNB, 1983.
- _____. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.
- _____. *Direito, legislação e liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985a, 3v.
- _____. *Desemprego e política monetária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985b.
- KEYNES, John Maynard. Tract on Monetary Reform. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v.IV. Londres: Macmillan, 1972a.
- _____. The Economic Consequences of Mr. Churchill. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v.IX. Londres: Macmillan, 1972b.
- _____. A treatise on money: the pure theory of money. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v.V. Londres: Macmillan, 1972c.
- _____. Means to Prosperity. In: *The Collected Writings of John Maynard Keynes*, v.XIX. Londres: Macmillan, 1972d.
- _____. O Fundo Monetário Internacional. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *John Maynard Keynes*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1978. (Os Grandes Cientistas Sociais).
- _____. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Atlas, 1992.
- _____. *As consequências econômicas da paz*. São Paulo: Editora da UNB, 2002.
- PRADO, Eleutério. Complexidade: Hayek e Marx. In: *Instituto de Estudos Avançados da USP*, 2007. Disponível em http://www.fea.usp.br/feaecon//media/fck/File/26_03_2007_Eleuterio_Hayek_Marx.pdf
- SCHUMPETER, Joseph. A. *Business Cycles. A Theoretical, Historical, and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. Nova York: Mc Graw-Hill, 1939, 2v.
- _____. Sociologia do imperialismo. In: SCHUMPETER, J. A. *Imperialismo e classes sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- . An Economic Interpretation of Our Times. The Lowell Lectures. In: SCHUMPETER, Joseph. *The economics and sociology of capitalism*. Ensaios editados por Richard Swedberg. Universidade de Princeton, 1991.
- SKIDELSKY, Robert. *John Maynard Keynes, 1883-1946: economist, philosopher, statesman*. Nova York: Penguin Books, 2005.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

than being an instrument of periodization and analysis, become an obstacle to a historical reconstruction of the Marxist tradition in the twentieth century.

Keywords: Western Marxism, Perry Anderson, Soviet Marxism, Eastern Marxism.

Os invasores de Marx: sobre os usos da teoria marxista e as dificuldades de uma leitura contemporânea

MICHAEL HEINRICH

Resumo: A “nova leitura de Marx” proposta no artigo afasta-se tanto do “operaísmo” de Antonio Negri ou Karl Heinz Roth, em sua crença de que algumas importantes categorias elaboradas por Marx já não são mais capazes de dar conta do capitalismo contemporâneo, quanto da ideia de uma *Weltanschauung* marxista que forneceria respostas para todas as questões históricas, sociais ou filosóficas preexistentes. A “nova leitura de Marx” reconhece que seu legado está composto por um gigantesco e desigual conjunto de trabalhos teóricos fragmentados, porém que em seu nível de generalidade constituem um indispensável instrumento para a compreensão de nossa época.

Palavras-chave: Marx, filosofia da história, colapso final, mais-valia relativa.

Abstract: The “new reading of Marx” proposed in this article deviates from Antonio Negri’s or Karl Heinz Roth’s “operaísmo” in their belief that some important categories developed by Marx are no longer able to account for contemporary capitalism, and from the idea of a Marxian *Weltanschauung* providing answers to all the pre-existent historical, social or philosophical issues. The “new reading of Marx” acknowledges that his legacy is composed by a gigantic and unequal set of fragmented theoretical works, which on their level of generality are an indispensable tool for understanding the contemporary situation.

Keywords: Marx, philosophy of history, final collapse, relative surplus value.

Capitalismo e relações internacionais: uma crítica a Schumpeter, Keynes e Hayek

DANIEL AUGUSTO FELDMANN

Resumo: Neste artigo, traçaremos uma análise da visão acerca das relações internacionais em três autores importantes do pensamento econômico do século XX: Schumpeter, Keynes

e Hayek. Nosso percurso aqui será o de inicialmente expor o que pensamos ser o essencial em cada um deles, para que posteriormente façamos a nossa própria reflexão sobre tais visões, indicando os pontos de contato e limites comuns das respectivas abordagens a partir de uma análise informada pelo marxismo.

Palavras-chave: Relações Internacionais, História do Pensamento Econômico, Imperialismo.

Abstract: Our aim in this article is to develop an analysis on the views of International Relations of three important authors of the economic thought in the twentieth century: Schumpeter, Keynes and Hayek. Firstly, we intend to show the essentials aspects of each author's visions. Secondly, we will expose our reflections on these visions, appointing their common grounds and limits with an analysis influenced by marxism.

Keywords: International Relations, History of Economic Thought, Imperialism.

Lutas ecossociais dos indígenas na América Latina

MICHAEL LÖWY

Resumo: As comunidades indígenas na América Latina encontram-se no centro da luta em defesa do meio ambiente. Realizam mobilizações locais em defesa dos rios e das florestas, contra as multinacionais petrolíferas e mineradoras. Elas propõem também um modo de vida alternativo ao do capitalismo neoliberal globalizado. Essas lutas são sobretudo indígenas, mas com frequência ocorrem em aliança com camponeses sem terra, ecologistas, socialistas, comunidades de base cristãs, com o apoio de sindicatos e partidos de esquerda.

Palavras-chave: ecologia, socialismo, lutas indígenas, América Latina.

Abstract: Indigenous communities in Latin America are in the center of the struggle in defense of the environment. Perform local mobilizations in defense of rivers and forests against the multinational oil and mining companies. They also propose an alternative way of life to the globalized neoliberal capitalism. These struggles are mostly indigenous but they occur often in alliance with landless peasants, environmentalists, socialists, Christian base communities, with the support of trade unions and left parties.

Keywords: ecology, socialism, indigenous struggles, Latin America.